



MARIALVA

## Pela maioria, Câmara rejeita cinco dos seis requerimentos em pauta

19 de setembro de 2025

Ariádiny Rinaldi

<b>Data</b>	<b>Fonte</b>	<b>Crédito da Imagem</b>
19 de setembro de 2025	Assessoria de Imprensa da Câmara de Marialva	Ariádiny Rinaldi



## MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

Na sessão ordinária da última segunda-feira (15/9), os vereadores da Câmara Municipal de Marialva analisaram seis requerimentos direcionados ao Executivo. Cinco deles foram rejeitados por maioria de votos, enquanto um foi aprovado. Votaram contra as propostas rejeitadas os vereadores Grazi Scaliante, Marcos Fragal, Miro, Toninho Raspa e Paulinho.

O Requerimento nº 68/2025, de autoria da vereadora Nathalia Simmer, solicitava relatórios consolidado e mensais da execução orçamentária e financeira do Município, pareceres do Controle Interno e informações detalhadas sobre licitações e despesas. Paulinho justificou o voto contrário alegando que essas informações serão apresentadas em audiência pública marcada para acontecer na Câmara no próximo dia 24, com participação obrigatória da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, do qual a vereadora autora faz parte. “Não é necessário o requerimento, porque o contador vai responder todas as dúvidas na audiência”, disse.

Nathalia rebateu afirmando que as informações poderiam ser enviadas antes mesmo da audiência. Ela também ressaltou que não poderá estar presente na data marcada, por ter agenda em Curitiba, mas que pretende insistir no pedido. “Se o contador vai estar aqui para responder, ele já tem o material preparado e nada impede de encaminhá-lo. Não solicitei apenas o relatório anual da controladoria, mas também os mensais. Recebi informações de possível uso indevido de recursos e, como obrigação, me coloquei à disposição para fiscalizar”, argumentou.

Também foi rejeitado o Requerimento nº 69/2025, apresentado pelo vereador Rafael Poly, que reiterava o pedido de informações sobre a manutenção de uma ambulância da Defesa Civil. Este item não teve manifestações durante a discussão em plenário.

Outro tema em debate foi o Requerimento nº 71/2025, de autoria de Rafael Poly, que pedia esclarecimentos oficiais sobre a paralisação da obra da Estação Compacta de Tratamento. O vereador Miro afirmou que a obra não está paralisada, mas que apenas os pagamentos referentes às medições foram suspensos até a conclusão de levantamento do Gaeco. “O que foi parado foi o pagamento. Estão sendo feitos os levantamentos da metragem e dos valores pagos”, explicou.

O Requerimento nº 72/2025, protocolado pela vereadora Sheila Gabarron, solicitava o cronograma detalhado da distribuição dos kits de saúde menstrual nas escolas municipais. A justificativa, apresentada pelo vereador Miro, para a rejeição foi de que o assunto já havia sido objeto de pedido anterior e de que seria mais adequado convidar a secretária responsável para prestar esclarecimentos diretamente no Legislativo.

Por fim, foi rejeitado o Requerimento nº 73/2025, apresentado por Rafael Poly e Sheila Gabarron, que cobrava o encaminhamento integral dos relatórios do Controle Interno desde janeiro. Na ocasião, o vereador Paulinho ressaltou que as informações estão disponíveis no Portal da Transparência e que é possível buscar orientação na Prefeitura para acessá-las.

Durante a votação dos requerimentos como um todo, a vereadora Nathalia avaliou que a rejeição dos pedidos de informações representou uma quebra do dever de fiscalização previsto no regimento e na Constituição. “Ao negar esses requerimentos, a base violou a atribuição fiscalizadora dos vereadores e desrespeitou o meu trabalho”, disse. Já o vereador Paulinho argumentou que os pedidos em excesso podem sobrecarregar os servidores e que é preciso usar mecanismos mais eficientes. “Ninguém está cerceando direitos, mas mostrando caminhos mais práticos, como o portal da transparência e as audiências públicas. Se não, acabamos acumulando papéis só para dizer que fizemos pedidos”, afirmou.

### **APROVADO**

Entre os seis requerimentos em pauta, apenas o Requerimento nº 70/2025, de autoria dos vereadores Rafael Poly e Sheila Gabarron, foi aprovado. O pedido tratava da situação de esgoto a céu aberto na Travessa Luiz Baio, no Jardim Regência, e solicitava vistoria imediata do SAEMA, além de informações sobre medidas emergenciais e projetos para solução definitiva do problema. O vereador Miro destacou que uma equipe da autarquia já se prepara para atender os moradores e defendeu maior rigor na aprovação de novos loteamentos, cobrando responsabilidade das empresas loteadoras quanto à infraestrutura.



MARIALVA